

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1015615-09.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Francisco Lopes da Silva Neto**
Requerido: **Novamoto Veículos Ltda e outros**

Juiz de Direito: Dr. João Roberto Casali da Silva

Vistos.

-

FRANCISCO LOPES DA SILVA NETO ajuizou ação de **RESCISÃO CONTRATUAL C.C. DEVOLUÇÃO DE DINHEIRO** contra **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. (Em Liquidação Extrajudicial), PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA.**, alegando, em resumo, que firmou contrato de participação em grupo de consórcio, para aquisição de uma motocicleta. Houve a notícia de que a primeira acionada encontra-se em liquidação extrajudicial desde 05.02.2016 e foi efetuado o pagamento até fevereiro de 2016. Pleiteia a rescisão do contrato e a condenação das acionadas, solidariamente, à restituição dos valores pagos.

As acionadas apresentaram defesa.

A requerida AGRABEN arguiu, em preliminar, ilegitimidade passiva, vez que houve transferência dos grupos de consórcio para nova administradora. No mérito, rebateu a postulação inicial, apontando a necessidade de observância das cláusulas contratuais, a inviabilizar a restituição da taxa de administração, fundo comum do grupo, multa juros e seguro de vida. Argumentou, ainda, quanto à necessidade de habilitação do crédito e da não incidência dos juros


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de mora. Pleiteou, por fim, a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

A acionada PRIMO ROSSI, arguiu, em preliminar, a falta de interesse de agir. No mérito, rebateu a postulação inicial argumentando que o grupo de consórcio está em andamento, não há risco ao investimento do autor e que eventual restituição de valores há de ocorrer em conformidade com o contrato.

A requerida NOVAMOTO, por sua vez, não apresentou contestação.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação movida por consorciado que busca a rescisão contratual e restituição de valores pagos.

As atividades do grupo de consórcio ao qual aderiu foram suspensas por conta de liquidação extrajudicial determinada pelo Banco Central.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Apesar da revelia, há que se reconhecer a ilegitimidade passiva da acionada NOVAMOTO.

Inferre-se dos documentos juntados aos autos que sua atividade restringia-se à venda das cotas de consórcio da acionada AGRABEN. Nessa diretriz, o contrato apresentado com a petição inicial confirma que o vínculo jurídico estabeleceu-se entre o autor e a empresa AGRABEN, a quem cabia o recebimento de valores e a administração do grupo. Tais atividades permaneciam alheias à NOVAMOTO. As esferas de atuação das empresas, portanto, não se confundem e não há dúvida de que o vínculo contratual estabeleceu-se entre o autor e a AGRABEN, não com a NOVAMOTO.

Portanto, em que pese a acenada parceria entre as acionadas, não há como vincular-se a requerida NOVAMOTO à administração do consórcio ou à atividade exercida pela outra acionada.

Nessa diretriz, tem-se que a acionada NOVAMOTO não é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda.

Passa-se à apreciação da defesa da requerida AGRABEN.

A arguição de ilegitimidade de parte passiva não merece acolhida.

Apesar da previsão inserida na Lei 6.024/74, da possibilidade de habilitação dos credores, por conta do regime especial de liquidação extrajudicial, tem-se que não há nos autos qualquer notícia de que os consorciados tivessem sido chamados a tomar as providências necessárias à recuperação dos valores pagos.

Do contrário, a documentação apresentada nos autos limita-se a apontar a suspensão dos grupos de consórcio, sem informação clara aos consorciados. O direito à informação clara ao consumidor, na situação delineada, foi olvidado.

Após a decretação da liquidação extrajudicial e com anuência do Banco Central,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

houve cessão da administração dos grupos de consórcio entre Agraben e Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda. Contudo, há de ser considerada a responsabilidade solidária das administradoras dos grupos de consórcio, ora acionadas. Portanto, diante da contratação inicial e da retenção dos valores não há que se falar em exclusão da responsabilidade da acionada AGRABEN.

Na mesma diretriz, a argumentação da acionada PRIMO ROSSI, da falta de interesse processual, não prospera. Delineada, *a priori*, situação de descumprimento contratual, com a cessação das atividades do grupo de consórcio, a justificar a postulação da autora de restituição dos valores. Não demonstrado, nos autos, que o autor tenha aderido à sugestão de requerida, de continuar-se associada ao grupo de consórcio.

Rejeito, assim, as defesas processuais apresentadas.

No mérito, o pedido inicial deve ser julgado procedente.

Não há controvérsia nos autos quanto à formalização do contrato e à suspensão do grupo de consórcio, por conta de liquidação extrajudicial, determinada pelo Banco Central.

A pretensão do autor tem amparo, assim, na regra do artigo 475, do Código Civil, que prevê que "*a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato*".

Como decorrência da rescisão da avença, a restituição de valores há de ser integral. Isso porque a extinção da relação jurídica decorre de culpa exclusiva da acionada, não justificando a retenção de qualquer valor.

Ao contrário daquelas hipóteses em que o grupo de consórcio está em andamento, e a desistência decorre de mera opção do consorciado, no caso dos autos o desfazimento da avença dá-se por culpa da administradora, de modo que não faz jus a retenção de qualquer valor. Frustrada a expectativa do consorciado, os valores devem ser integralmente restituídos.

Não prospera, também, a pretendida não incidência dos juros de mora. A norma legal invocada não veda, em verdade, a incidência dos juros, mas condiciona a sua quitação à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

existência de ativo suficiente para pagamento do passivo.

Registre-se, por fim, que o benefício da justiça gratuita não pode ser deferido à requerida AGRABEN, mantida a decisão de página 243, e ressalvada a deliberação da E. Superior Instância no agravo de instrumento ainda pendente sobre tal questão.

Do mesmo modo, a defesa manejada pela sucessora não prospera. Apesar da argumentação trazida, manifesta é sua responsabilidade solidária, como sucessora, por conta da transferência da administração dos grupos de consórcio.

Após a decretação da liquidação extrajudicial e com anuência do Banco Central, houve cessão da administração dos grupos de consórcio entre Agraben e Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda.

O contrato de cessão, de conhecimento do juízo (págs. 105/113), contém assunção de dívida, conforme §1º da cláusula primeira, na qual consta que os grupos passam a ser administrados pela Primo Rossi e dos passivos dos grupos fazem parte “*as condenações nas ações judiciais propostas pelos consorciados*”.

Pontue-se que o item "e" da cláusula quarta estabelece que a Primo Rossi promoverá o pagamento aos consorciados ativos, desistentes e excluídos, ou seja, a assunção se aplica também aos casos de contratos declarados rescindidos por sentença.

Ressalta-se ainda que, o instrumento de cessão foi celebrado em setembro de 2017 e certamente a requerida tinha conhecimento das ações judiciais. Portanto, indiscutível a responsabilidade da Primo Rossi pela dívida, e na diretriz do art. 109, § 3º, do Código de Processo Civil.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE**, *em parte*, esta ação movida por **FRANCISCO LOPES DA SILVA NETO** contra **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. (Em Liquidação Extrajudicial)** e **PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, acolhendo o pedido inicial, para declarar rescindido o contrato de consórcio firmado entre as partes e condenar as acionadas, *solidariamente*, à restituição integral


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dos valores pagos, com correção monetária, a partir do desembolso, e juros moratórios de 1% mês, a partir da citação. Dou por extinto o processo, nesse tópico, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbentes, responderão as acionadas pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação. As acionadas deverão providenciar o recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao mandato, em 15 dias. No silêncio, comunique-se. Acrescente-se, quanto à acionada AGRABEN, que a cobrança das custas e verbas de sucumbência fica condicionada ao julgamento do agravo de instrumento. Outrossim, **reconheço** a ilegitimidade passiva da requerida **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA.**, dando por extinto o processo, quanto a esta, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Arcará o autor com o pagamento dos honorários advocatícios fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), atualizados a partir desta data, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 19 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**